

Apresentação

Nações Desunidas? Disputas e reconfigurações na ordem internacional

DANIEL JATOBÁ*

*Doutor em Ciência Política (IESP/UERJ) e Mestre em Relações Internacionais (IREL/UnB). Tutor do Programa de Educação Tutorial do Curso de Relações Internacionais (PET-REL/UnB). Professor do IREL/UnB, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Estudos Comparados sobre as Américas, do Instituto de Ciências Sociais/UnB (PPGECsA/ICS/UnB) e um dos Coordenadores do Núcleo de Estudos Latino-Americanos (NEL/IREL/UnB).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4101446986138775>.

A presente edição da Revista Petrel: Boletim de Conjuntura reúne análises que gravitam em torno de uma pergunta comum: o que ocorre quando instituições internacionais continuam a existir e a se pronunciar como tais, mas os conflitos persistem ou se intensificam, os consensos se tornam mais raros e parte relevante das decisões migra para arenas menos reguladas e mais seletivas? A leitura conjunta dos dezesseis textos sugere um momento de tensão na ordem internacional – não necessariamente um colapso, mas um rearranjo em que normas parecem aplicadas de modo desigual, mecanismos de mediação enfrentam limites evidentes e instrumentos de coerção ganham centralidade. Essa é apenas uma das possíveis entradas para o debate; as nuances e ambivalências da conjuntura aparecerão com maior nitidez ao longo desta apresentação das temáticas e perspectivas analíticas de cada texto.

As análises de conjuntura aqui reunidas abordam essa problemática por recortes variados – da diplomacia performativa à ciberguerra; da instrumentalização institucional às sanções financeiras; das disputas comerciais à guerra híbrida; do reconhecimento estatal às crises humanitárias e às redes ilícitas transnacionais. Apesar da diversidade temática, há um ponto de convergência metodológica: o esforço de analisar a conjuntura a partir da inter-relação de acontecimentos recentes, estruturas de mais longa duração e correlações de forças em transformação acelerada. Vamos lá.

Na primeira análise de conjuntura dessa edição, “**A ONU fala, o mundo não escuta: a crise performativa da diplomacia global**”, Giovanna Regina Alves da Silva formula explicitamente a pergunta sobre o esgotamento discursivo do multilateralismo na 80ª AGNU. Mobilizando Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Norman Fairclough, a

autora argumenta que a crise institucional é visível na própria perda de eficácia performativa da linguagem diplomática. O problema não é apenas a falta de ação, mas o enfraquecimento do reconhecimento que sustenta a autoridade simbólica da ONU.

Em **“Mais que uma ameaça, um desafio: a irrupção da ordem internacional pela extrema direita”**, Cecília Dias articula a ascensão global da extrema direita às noções de crise endógena e crise exógena do multilateralismo. Dialogando com Marianna Albuquerque e Maria Regina Soares de Lima, a autora se esforça por demonstrar como a reorganização do poder global, enquanto processo externo às instituições multilaterais, se combina à crise normativa interna dessas instituições. Nesse contexto, o foco da análise recai sobre a ascensão da extrema direita; e o resultado não é mera instabilidade eleitoral, mas erosão estrutural da ordem liberal. O desafio, portanto, é sistêmico: nos termos propostos por Gelson Fonseca Jr., quando os interesses e as regras não mais se coadunam e a ordem internacional é politizada desde dentro e de fora, o que resta da arquitetura cooperativa?

A análise intitulada **“Sistema Fora do Ar: o Multilateralismo na Era da Ciberguerra”**, de Maria Eduarda da Silva P. dos Santos, investiga o caso do ataque Stuxnet e a escalada digital entre Israel e Irã para expor o vácuo normativo da guerra cibernética. Ao explorar a lógica dos cyber proxies e da atribuição incerta, a autora evidencia como o multilateralismo, concebido para conflitos territoriais, mostra-se desarmado diante dessa nova modalidade bélica. O que se tem, argumenta a autora, é uma espécie de zona cinzenta onde poder e responsabilidade se dissociam.

“Multilateralismo em disputa: a instrumentalização das instituições por EUA e Rússia e a fragmentação da ordem global”, de Douglas Freitas de Oliveira Silva e Isadora Higa Hassum, argumenta que a crise não é acidental, mas produzida. Com apoio em leituras de John Mearsheimer, Stephen Krasner e Robert Cox, demonstram como veto, bloqueio financeiro e retórica soberanista convertem instituições existentes em arenas de projeção estratégica. O efeito cumulativo é a fragmentação funcional da governança — uma ordem que não colapsa, mas se dispersa.

O texto de Amanda Rodrigues e Carolina Bastos, **“O fim de uma era? Instrumentalização, desdolarização e a busca por resiliência monetária no BRICS+”**, reconstrói historicamente a centralidade do dólar desde Bretton Woods até sua transformação em instrumento explícito de coerção geopolítica. Ao examinar as sanções à Rússia, o

congelamento de reservas e os acordos bilaterais Brasil-China, as autoras mostram como a desdolarização emerge menos como ruptura ideológica e mais como estratégia de proteção diante da volatilidade política norte-americana. Na visão das autoras, o que está em disputa não é apenas a moeda, mas a soberania financeira do Sul Global.

“O multilateralismo da União Europeia diante da guerra híbrida com a Rússia”, de autoria de Helena Giusti e Henrique Fernandes, examina como incursões aéreas, drones e desinformação deslocam a UE para a zona cinzenta da guerra híbrida. Ao analisar o Livro Branco European Defence-Readiness 2030 e os mecanismos da PESC, mostram que a crise pode fortalecer um multilateralismo securitário orientado por balança de ameaça e autonomia estratégica; contudo, a coesão interna permanece tensionada pelo euroceticismo.

“Homem ao Mar”: como pequenos Estados Insulares navegam nas incertezas de um multilateralismo exausto”, de Enzo de Oliveira Feliciano, examina a posição desses atores à luz da retração multilateral entre 2020 e 2025. Dialogando com Kenneth Waltz e Hans Morgenthau, o autor argumenta que, em contextos de crise, as grandes potências priorizam segurança e competição, reforçando as vulnerabilidades climáticas e econômicas dos pequenos Estados. A metáfora náutica da qual lança mão o autor sintetiza o argumento: quando o sistema entra em mar revolto, nem todos dispõem do mesmo casco.

Na análise **“O regionalismo é uma alternativa? A Aliança dos Estados do Sahel diante da ineficácia da ONU na região”**, Letícia Serrão e Carla Iasmin Queiroz analisam o Sahel como espaço onde a instrumentalização institucional e a falha da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (MINUSMA) expõem os limites do modelo onusiano. Ao recuperar John G. Ruggie e Cristina Pecequillo, as autoras argumentam que as normas ocidentais e hierarquias de poder tensionam a legitimidade no Sul Global. A Aliança dos Estados do Sahel surge como resposta regional — alternativa que nasce da crise, mas carrega seus próprios dilemas.

“A nova guerra sem bandeira: crime organizado e a erosão da governança multilateral na América Latina”, de Juliana Jaegger, demonstra como facções como CV, PCC e Tren de Aragua operam como redes transnacionais de poder que desafiam a arquitetura clássica da segurança coletiva. A análise combina episódios recentes, como a megaoperação policial de 2025 no Rio de Janeiro, com o fenômeno da internacionalização das economias

ilícitas. “Guerra sem bandeira” é a categoria usada pela autora para descrever uma modalidade de violência que escapa às ferramentas multilaterais tradicionais.

No texto **“Enquanto Bukele grita, a OEA se cala”**, Gabriel Boaventura publica mais uma análise sobre o atual mandatário de El Salvador, na qual contrasta a robustez normativa da OEA – e.g., a Resolução 1080 e a Carta Democrática Interamericana – com sua inação diante do caso salvadorenho. Ao recuperar precedentes históricos de acionamento desses instrumentos, o autor argumenta que o problema não é jurídico, mas político. A omissão revela seletividade e dependência da vontade dos atores centrais – no caso da OEA, obviamente se trata dos Estados Unidos. A pergunta é direta: de que vale a afirmação de um regime democrático regional, se ele não se aplica quando seria mais necessário?

“Crise Tarifária Trump–Petro: Migração, Soberania e a Erosão do Acordo de Livre Comércio Colômbia–EUA”, de João Gabriel Oliveira Luz e Laryssa Aparecida Pereira Silva, sustenta que a política tarifária foi convertida em instrumento de coerção extraterritorial amparado no International Emergency Economic Powers Act (IEEPA). Ao articular Amrita Narlikar, Robert Gilpin e Hans Morgenthau, os autores interpretam o episódio da crise entre os dois países como um caso de reconfiguração coercitiva do multilateralismo comercial, deslocando a OMC e reafirmando assimetrias hemisféricas.

O texto **“From management to agency: is regional conflict resolution the answer for Haiti?”**, de Lenira Oliveira, sustenta que o fracasso das missões da ONU decorre de uma lógica de conflict management que estabiliza os sintomas, mas não transforma as estruturas mais profundas e duradouras. Ao revisitar a trajetória da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e as limitações do Conselho de Segurança, a autora propõe deslocar o eixo da gestão para o da agência, sobretudo regional e societal. A pergunta que atravessa o texto é incisiva e crítica: pode haver resolução duradoura quando a paz é administrada sem protagonismo haitiano?

“A ONU como instrumento de poder: paralisia no conflito iemenita”, de Anna Luiza Fagundes, reconstrói o Iêmen como caso paradigmático de sobreposição entre crise humanitária e disputa geopolítica. Ao examinar resoluções, sanções e a suspensão de operações em 2025, a autora sustenta que a ONU não é apenas limitada – é atravessada por interesses estratégicos que condicionam sua atuação. A paralisia, assim, é estrutural, não episódica.

“Paz no Reconhecimento: o desinteresse em prevenir e solucionar o genocídio palestino”, de Bianca Pinheiro e João Paulo Urbano, realiza uma análise que articula história colonial, reconhecimento estatal e conjuntura recente para sustentar que a prevenção foi politicamente bloqueada. O plano de cessar-fogo de 2025 surge como promessa deslocada, incapaz de enfrentar a assimetria estrutural. Ao evidenciar o papel do apoio diplomático e material dos EUA, o texto desloca o debate da retórica humanitária para a política do reconhecimento — e do tempo.

Em **“Conflitos em Curso: a Rivalidade Indo-Paquistanesa e o Controle dos Recursos Hídricos”**, Júlia Medeiros e Nicolas Koeller articulam geopolítica, identidade e recursos hídricos para mostrar que a crise multilateral no Sul da Ásia não é recente. Ao integrar perspectivas realistas e construtivistas sobre as relações internacionais, evidenciam como a Bacia do Indo se converte em instrumento de poder em um cenário agravado pelas mudanças climáticas. O multilateralismo aparece menos como solução frustrada e mais como limite estrutural diante de rivalidades existenciais.

Na décima sexta e última análise do dossiê, **“Sudão: um retrato da crise do multilateralismo global”**, Bárbara Gonçalves e Luísa Ribeiro tomam o conflito sudanês como síntese empírica de uma crise estrutural. Ao mobilizar referências clássicas sobre a ordem mundial e o multilateralismo, como Robert Cox e Anne-Marie Slaughter Burley, as autoras argumentam que as instituições refletem relações de poder e, não menos importante, a seletividade corrói sua própria legitimidade. A proliferação de mediadores — Quad, IGAD e coalizões ad hoc — não resolve a crise sudanesa, mas sim revela a dispersão da autoridade global. O Sudão aparece, assim, como laboratório ou, talvez melhor, sintoma da fragmentação internacional contemporânea.

Lidas em conjunto, as análises revelam menos um colapso linear da ordem internacional e mais um processo de acomodação conflitiva: as instituições persistem, não foram enterradas definitivamente, mas sua autoridade é disputada; as normas existem, mas sua aplicação é seletiva; os mecanismos internacionais operam, mas frequentemente por vias indiretas — sanções, coerção financeira, guerras híbridas, proxies digitais, redes ilícitas transnacionais. Em vários casos, a questão não é a ausência de linguagem ou de regime jurídico, mas a erosão de eficácia, como ocorre quando a mediação se dispersa, quando o reconhecimento se retrai, e, sobretudo, quando a governança se fragmenta por desenho estratégico e não por mero acidente.

Encerrando o número, inclui-se um texto de minha autoria, **“Análise de Conjuntura: uma proposta de questões orientadoras e critérios de qualidade”**, no qual proponho um conjunto de ferramentas conceituais e questões orientadoras cujo propósito é fornecer um roteiro de elaboração para quem escreve análises de conjuntura e, simultaneamente, um roteiro de avaliação para quem as lê ou assume a tarefa de avaliá-las; além disso, o texto propõe também um conjunto de critérios de qualidade para quiçá fomentar o estabelecimento de parâmetros para julgarmos as análises de conjuntura que lemos no nosso dia a dia. Mais do que um apêndice metodológico, trata-se de um convite à reflexão sobre como produzimos inteligibilidade em meio às disputas do presente.

Boa leitura!

